

A necessidade do entendimento da formação da teoria valor-trabalho para uma possível prática revolucionária

Carolina Cristina Alves

Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP/Brasil.

Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – IFCH.

Agência financiadora da pesquisa: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES.

1. INTRODUÇÃO

1.1. Origens da teoria valor-trabalho

Os gregos tinham uma concepção negativa do trabalho, essa “atividade” era algo inferior, exclusiva dos escravos. Essa linha de interpretação, ancorada no caráter negativo do trabalho, se mantém sem grandes alterações durante a época de dominação do Império Romano até o fim da Idade Média. Durante esse período, o trabalho continua não sendo visto como uma atividade que desempenhe papel central no conjunto das relações sociais, a não ser como meio de satisfação das necessidades básicas do homem¹.

Nos primórdios da sociedade moderna isso começa a mudar e, com Karl Marx, teremos um momento de inflexão das análises sobre o trabalho, pois se trata da tematização mais radical dos desvendamentos dos múltiplos significados do trabalho até hoje realizada.

O desenvolvimento social está intrinsecamente ligado com a história do trabalho, “o aperfeiçoamento do trabalho contribuía para aproximar, cada vez mais, os membros da sociedade, para multiplicar os casos de ajuda mútua, de ação em comum, criando em cada um a consciência da utilidade dessa colaboração” (ENGELS, 1976, p.217). O desvendamento do

¹ É necessário fazer uma observação que, tanto no mundo grego quanto na Antiguidade, esse caráter inferior do trabalho se sustentava devido à oposição entre vida ativa e vida contemplativa. Os pensadores da Antiguidade acreditavam numa vida virtuosa como decorrência de uma vida dedicada ao ócio. Este era entendido como sendo a garantia da possibilidade da dedicação exclusiva ao plano mais elevado do desenvolvimento da razão. É claro que, para garantir a dedicação exclusiva à teoria, tem que se ter as condições para o suprimento das necessidades básicas, a vida ativa, apesar de fazer parte da esfera inferior da vida, acaba sendo condição prévia para a libertação de tempo livre. O mundo grego resolveu esse impasse atribuindo as atividades essencialmente físicas aos escravos.

universo social e das relações por este determinada passa por essa esfera da atividade humana que não pode ser desconsiderada, pois é indispensável para a garantia da sobrevivência dos homens.

A identificação do trabalho como meio de resolução eminentemente humano das necessidades materiais, e como condição de vida fundamental para a reprodução social é sinteticamente descrito por Marx nesses dois trechos encontrados na *Ideologia Alemã*:

(...) para viver, é preciso antes de tudo comer, ter habitação, vestir-se e algumas coisas mais. O primeiro ato histórico é, portanto, a produção dos meios que permitam a satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material, e de fato este é um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história que ainda hoje, como há milhares de anos, deve ser cumprido todos os dias e todas as horas, simplesmente para manter os homens vivos (1991, p. 31).

A produção da vida, tanto da própria, no trabalho, como da alheia, na procriação aparece agora como dupla relação: de um lado, como relação natural, de outro como relação social – social no sentido de que se entende por isso a cooperação de vários indivíduos, quaisquer que sejam as condições, o modo de finalidade (1991, p. 32).

Neste sentido, o trabalho amplia o universo e a ação do homem, tornando-o cada vez mais humano. Neste processo, o homem enquanto ser ativo na sua relação com a natureza a domina, transforma e se autoconstrói. Esse papel desempenhado pela categoria² trabalho reflete a história humana como a história da organização produtiva, no sentido da sobrevivência do homem.

Mas conforme o próprio trabalho foi se desenvolvendo³, se tornando cada vez mais completo e complexo, os modos de produção só tiveram o efeito mais utilitarista do trabalho: gerar riqueza. Tal explicitação torna-se decisiva, especialmente diante do quadro de abandono progressivo que o universo ontológico se viu remetido ao longo do século XX. Na verdade, John Locke já no século XVII é o primeiro a reduzir o sentido ontológico-transformador do trabalho⁴, ao associar de uma maneira insuficiente trabalho e propriedade.

² O trabalho, por ser o momento fundante do ser social, configura-se como categoria originária. No interior do trabalho estão, pela primeira vez, presentes todas as determinações constitutivas da essência do ser social. É claro que, para entender a afirmação acima é necessário caracterizar o trabalho e identificar suas principais determinações, explicando-o como uma pré-ideação (como um por teleológico); como mediação entre sujeito e objeto; como ato transformador da natureza. No decorrer do desenvolvimento da pesquisa tem-se a intenção de explicar as conexões entre trabalho e teleologia, trabalho e causalidade, trabalho e liberdade, atingindo o entendimento do trabalho como protoforma do ser social, ou seja, enquanto categoria fundante do ser social.

³ O uso do termo “próprio” desenvolvimento do trabalho refere-se à idéia de Lukács: “Com o trabalho, portanto, dá-se ao mesmo tempo – ontologicamente – a possibilidade do seu desenvolvimento superior, do desenvolvimento dos homens. (...)” (LUKÁCS, 1978, p.5).

⁴ É importante observar que, ao mesmo tempo em que o homem começa a mudar seu entendimento do caráter negativo e inferior do trabalho, ele se afasta ainda mais da compreensão do trabalho como dominação das forças da natureza, como satisfação das necessidades vitais básicas e exteriorização da capacidade inventiva e criadora. Assim, ele não concebe o

Locke irá considerar a aquisição original da propriedade privada como um processo de individuação, ele justificará a aquisição com a aplicação daquilo que é inconfundivelmente individual: a energia pessoal despendida. A partir da sua teoria do trabalho, todas as coisas passam a ser de propriedade do indivíduo de acordo com o esforço e a energia despendida para apossar-se de algo. Para adquirir uma propriedade sobre uma “coisa de ninguém” basta tomar posse, mas “para superar a propriedade comum da terra”, como diz Locke, é preciso algo mais: valorizá-la com o trabalho.

Locke sugere o princípio valor-trabalho que irá percorrer um longo caminho no pensamento político e econômico dos séculos seguintes. Através de seu interesse em assuntos econômicos, abre as portas para a teoria do valor-trabalho, que também sofrerá contribuição de seu contemporâneo William Petty. Este último é considerado por alguns autores como, por exemplo, Marx, como o “fundador da economia”.

Na sua sistematização, Petty elaborou diversas teorias que colaboraram com a economia e, colaborou fortemente com a questão do valor ao admitir uma origem dual do valor: “(...) o trabalho é o pai e princípio ativo da origem da riqueza, da mesma forma que as terras são a sua mãe” (PETTY, 1983. p.). Temos assim, duas denominações do valor: a terra e o trabalho, sendo que o autor enfatiza o trabalho de forma a considerar o capital como o valor de trabalho acumulado.

Subseqüentemente, François Quesnay - líder do movimento fisiocrata - proclamaria a terra como fator único de produção e o fator capital seria tratado como produto acumulado da terra. Para ele a classe produtora de riqueza é somente aquela em que todos os trabalhos e despesas são realizados na agricultura.

Quesnay, seguido por Hume, Mirabeau, Turgot e outros, inauguraram um projeto de ciência do capitalismo, a economia política, que buscará desvendar o segredo da acumulação capitalista. Deixando fundamentos e aspectos teóricos para que Adam Smith, David Ricardo e Karl Marx consolidem o trabalho com fonte de valor, sendo que este último, além de elaborar a teoria do valor, põe em evidência o aspecto ontológico-transformador do trabalho.

A teoria econômica apresentada por Smith em *A Riqueza das Nações* (1776) é essencialmente uma teoria de crescimento econômico que identifica a riqueza pelo trabalho “produtivo”. Porém, Smith se perde na tentativa de formular sua teoria do valor-trabalho ao se defrontar com o lucro (excedente). Sua teoria se encaixa somente em uma sociedade mercantil

trabalho como uma atividade iminentemente humana e, portanto, intrinsecamente ligada à existência do homem.

simples, pois nela o trabalho incorporado (valor do trabalho) é igual ao trabalho comandado (valor do produto do trabalho).

Na sociedade capitalista, o trabalho comandado passa a ser determinado pela soma de salários, lucros e renda da terra (quando houver), assim, o trabalho incorporado é menor que o trabalho comandado. Smith não consegue explicar a existência do excedente e, conseqüentemente, não consegue entender o que é capital e, sobretudo, a propriedade privada.

David Ricardo, quando publica em 1871 *Princípios de Economia Política e Tributação*, torna-se o legítimo sucessor de Smith; ele desenvolve cuidadosamente a teoria do valor-trabalho que sofria de certas ambigüidades com Smith. Para Ricardo, a medida de valor é igual ao tempo de trabalho contido na mercadoria (trabalho incorporado), porém, o trabalho incorporado não é igual ao trabalho comandado, pois se o fosse, a remuneração do trabalhador deveria ser sempre proporcional ao que ele produz e não o é. Ricardo desconsidera o trabalho comandado e por isso não entra na questão da mais-valia: a existência do lucro não interfere na sua teoria do valor. Este autor traz um avanço à teoria do valor e, ao mesmo tempo, uma regressão à teoria do excedente.

Marx trata o valor de forma diferente da economia política. Para este autor, a escola clássica não se preocupa com a historicidade e com a sociedade como elementos fundamentais para explicar o valor. Marx tem como questão essencial o porquê do trabalho ter assumido o conteúdo do valor, procurando uma explicação que parte de um entendimento histórico da sociedade mercantil.

Em sua teoria do valor, assim como Smith, Marx observa que a troca de produtos do trabalho consiste na troca do próprio trabalho. Pode-se dizer que a troca de trabalho é um reflexo da divisão social do mesmo, já que cada homem necessita do esforço alheio para satisfazer suas necessidades, pois ninguém produz tudo que necessita. Para explicar sua teoria do valor, Marx parte da mercadoria e caminha para determinação do valor, afirmando que o momento da troca é o momento da igualdade, sendo que esta não se realiza sem igualdade.

Assim, é com a troca de mercadorias que se realiza a troca de trabalho. Marx toma o trabalho como conteúdo do valor, mas para isso, o autor esclarece os conceitos de valor de uso e valor de troca, reconhecendo o duplo caráter do trabalho: seu aspecto concreto e abstrato. Ele desfaz uma problemática estritamente ricardiana: a confusão entre valor do trabalho e valor da força de trabalho, explicitando, então, a mais-valia.

1.2. Origem da teoria valor-trabalho em Marx

A crítica da economia política aparece como um componente essencial da teoria social de Marx, ou melhor, ela é uns dos resultados da investigação histórico-social concreta. É devido a esse fato que o autor irá se debruçar sobre a análise do conjunto do modo de produção capitalista, mostrando que esse modo reproduz não só as categorias tipicamente capitalistas – mercadoria, dinheiro, salário, mais-valia, lucro, entre outras - mas o conjunto das relações sociais.

O primeiro desenho teórico desse percurso se encontra em *A Miséria da Filosofia* (1847). É nessa obra que estão explicitados e oferecidos ao público, pela primeira vez, os fundamentos e os elementos constitutivos da teoria do ser social engendrado pelo modo de produção capitalista.

A Miséria da Filosofia é escrita em resposta ao livro do autor francês Joseph Pierre Proudhon chamado *Sistema das Contradições Econômicas ou Filosofia da Miséria* (1846). Na verdade, é uma crítica a Proudhon que permite a Marx capturar a história da constituição das novas relações sócio-econômicas. Tal crítica irá encaminhar o autor para uma sistematização dos resultados de seus estudos econômicos e, portanto, refletirá sua preocupação quanto à dimensão revolucionária da teoria valor-trabalho, embora ele se encontre relativamente longe de revelar o segredo da acumulação capitalista em sua plenitude. O confronto entre esses dois autores ocorre no período de transformação do protesto operário, em uma época em que está ocorrendo a concretização do mundo burguês e, ao mesmo tempo, a articulação da sua negação.

É nesse cenário que esses dois autores se confrontam, sendo que ambos já teorizavam sobre questões sócio-políticas; Marx, desde de 1842, se refere a Proudhon como “o mais penetrante” escritor socialista⁵. Porém na medida em que Marx caminha em seus estudos econômicos, ele percebe a fragilidade teórica de Proudhon e, já em 1845, na obra *A sagrada família* - texto no qual Marx e Engels realizam um ajuste de contas com os jovens hegelianos - Marx acrescenta que Proudhon coloca a base da economia política, a propriedade privada, ao primeiro exame sério e científico, sem, contudo, ir além do ponto de vista econômico.

Em *A Miséria da Filosofia*, temos um debate não só da questão do proletariado como classe que participa do processo social, ou do proletariado que direciona o processo social,

⁵ A obra de Proudhon *O que é propriedade?* (1840) que contém a frase “a propriedade é um roubo”, refutará a noção -encravada na ideologia liberal desde Locke - de que o fundamento da propriedade é o trabalho. É a partir daí que Proudhon começa a se tornar conhecido nas discussões político-econômicas.

mas também temos os primeiros indícios da compreensão sobre valor. Nessa obra, que na verdade reflete um desenvolvimento do processo de estudos econômicos, Marx começa a consolidar o trabalho como fonte primária de valor, rompendo com a característica da economia política clássica, que consistia na eternização das categorias econômicas. O autor não se põe como um ricardiano, e já apresenta indícios do trabalho abstrato como a essência do valor, pois esse trabalho é o único elemento, numa sociedade fundada sob a divisão do trabalho, que permite comparar e “medir” os produtos do trabalho de indivíduos separados uns dos outros.

Marx, em *A Miséria da Filosofia*, não alcança a precisa concretização do valor, como já foi dito, a teoria da mais-valia não é nem ao menos vislumbrada. Mas há um elemento peculiar que torna o estudo dessa obra relevante: além de ser a primeira vez que Marx apresenta uma análise sistemática do conjunto da produção capitalista, trazendo à tona a apreensão da historicidade concreta desse modo, existe também nessa obra “a determinação de que as instâncias constitutivas da sociedade se articulam numa totalidade concreta e são postas geneticamente pelo primado ontológico das relações econômicas” (NETTO, 1980, p. 31). Ou seja, o fundamento mais central das determinações de Marx já se apresenta em *A Miséria da Filosofia*, o que abrirá o caminho para, na segunda metade dos anos cinquenta do século XIX, esse autor realizar as suas mais decisivas descobertas.

A maneira como a obra está estruturada revela a preocupação de Marx em relação ao método de investigação social. No capítulo um, esse autor faz uma crítica aos conceitos que Proudhon “descobre”⁶, baseando seus argumentos, principalmente, no fato de Proudhon não ser capaz de compreender a realidade histórico-social. Mas, além disso, Marx elabora um capítulo dois no qual se dedica exclusivamente a criticar o método de análise do autor.

No capítulo inicial da obra é revelada a “confusão” que Proudhon faz ao tentar teorizar sobre a questão do valor. Para tanto, Marx retoma as definições de Proudhon sobre valor utilidade e valor de troca, valor constituído e aplicação da lei das proporcionalidades. E ao mesmo tempo, denuncia o quanto essas definições fundam uma teoria econômica frágil, já que esse autor. Essas definições de Proudhon implicam em uma série de relações que serão detalhadamente analisadas no decorrer da pesquisa, por agora, coube mencionar as suas mais problemáticas definições.

⁶ Durante o desenvolvimento do capítulo um, Marx procura mostrar alguns pontos que Proudhon acredita ter abordado de maneira original quando, na verdade, estes tinham sido bem explicados pelos economistas clássicos.

No desenvolvimento dessa primeira parte, Marx, esclarece a maioria das “confusões” de Proudhon retomando os clássicos, principalmente David Ricardo.

“Ricardo nos apresenta o movimento real da produção burguesa, que constitui o valor. Abstraindo este movimento real, o Sr. Proudhon ‘se debate’ na invenção de novos procedimentos, a fim de ordenar o mundo segundo uma fórmula pretensamente original, que, na verdade, é apenas a expressão teórica do movimento real existente, tão bem exposta já por Ricardo. Este arranca da sociedade atual, para nos demonstrar como ela constitui o valor; o Sr. Proudhon arranca do valor constituído para, através dele constituir um novo mundo social. (...) A determinação do valor pelo tempo de trabalho, é, para Ricardo, a lei do valor de troca; para o Sr. Proudhon, ela é a síntese do valor útil e do valor de troca. A teoria dos valores de Ricardo é a interpretação científica da vida econômica atual; na teoria dos valores do Sr. Proudhon é a interpretação utópica da teoria de Ricardo. (...) O Sr. Proudhon, que redescobriu esta fórmula de Ricardo através de hipóteses inteiramente arbitrárias, vê-se compelido, ulteriormente, a procurar fatos econômicos isolados, que violenta e falsifica, para fazê-los passar por exemplos, aplicações já existentes, realizações iniciais da sua idéia regeneradora.” (MARX, 1989, p.54)

No segundo capítulo, Marx critica o método de análise de Proudhon através de sete observações; nesse ponto, levanta-se o papel que Hegel desempenha na economia política Do primeiro autor. Para criticar o método de análise de Proudhon, mostra-se, primeiramente, que os economistas exprimem as relações da produção burguesa como categorias fixas, imutáveis e eternas. Dadas essas relações, explica-se como se produz, mas não se explica como se produzem estas relações, isto é, o movimento histórico que as engendra. Proudhon toma essas relações como princípios, categorias, pensamentos abstratos e tenta ordená-los, esse autor não persegue o movimento histórico das relações de produção, de que as categorias são apenas a expressão teórica. Assim, vê nas relações reais as encarnações destes princípios. (MARX, 1989, P.102)

Somado a isso, Proudhon reduz a dialética de Hegel em uma simples relação de contradição ao afirmar que toda categoria econômica tem dois lados - um positivo e outro negativo - sendo necessário conservar o lado bom eliminado o lado mau. Esse autor não entende que “o que constitui o movimento dialético é a coexistência de dois lados contraditórios, sua luta e sua fusão numa categoria nova”.(MARX, 1989, P.109)

Não cabe, nessa introdução, fazer uma análise descritiva do livro *A Miséria da Filosofia*, mas é importante ressaltar o fato de que, através de uma obra direcionada a um fim (crítica a Proudhon), Marx conseguiu articular as categorias capitalistas de uma maneira muito eficiente, fornecendo uma sistematização sólida do modo de produção capitalista e refletindo, assim, a necessidade da categoria totalidade para analisar a sociedade.

Portanto, o estudo exegético d'*A Miséria da Filosofia* é necessário para adentrar no debate sobre o mundo do trabalho com uma concepção do homem no seu sentido social mais amplo, ou seja, entendendo que o trabalho surge da carência material e da necessidade humana. Sendo que, a maneira como o homem responde ao seu carecimento e a sua necessidade não acontece de forma imediata e determinada.

“Ao contrário, o homem torna-se um ser que dá respostas na medida em que - paralelamente ao desenvolvimento social e em proporção crescente - ele generaliza, transformando em perguntas seus próprios carecimentos e suas possibilidades de satisfazê-los; e quando, em sua resposta ao carecimento que a provoca, funda e enriquece a própria atividade com tais mediações, freqüentemente bastante articuladas. (...) Tão-somente o carecimento material, enquanto motor do processo de reprodução individual ou social, põe efetivamente em movimento o complexo do trabalho; e todas as mediações existentes ontologicamente apenas em função de sua satisfação” (LUKÁCS, 1978, p.5).

Esse movimento do “complexo do trabalho” na sociedade capitalista, entretanto, não acontece devido apenas ao carecimento material, e sim, devido à lógica produtora de riqueza na forma de mercadoria, já que esta é necessária somente porque no processo produtivo, tanto a mais-valia como o capital aparecem no final e reaparecem no novo processo produtivo com a veste de mercadoria (MARX, 1969). Desta forma, no decorrer do desenvolvimento social capitalista, castra-se o trabalho, pois ele, ao ser realizado, não conduz ao mesmo tempo à possibilidade de seu desenvolvimento superior e do desenvolvimento dos homens que trabalham.

Debruçar-se no estudo da dessa obra permite contribuir para que a discussão atual sobre o mundo do trabalho não se estreite somente sob a perspectiva do capital, a qual torna o trabalho limitado a esfera da modernidade e nega todo e qualquer caráter “antropológico” e histórico do trabalho. Fazendo com que este deixe de ser um elemento próprio da “natureza” humana e converta-se numa mera invenção historicamente determinada.

2. QUADRO ATUAL DO SISTEMA PRODUTIVO

Essa pequena introdução sobre as origens da teoria valor-trabalho nos mostra, ainda superficialmente, a dimensão da categoria trabalho dentro da organização produtiva do homem. Nesse item pretendemos passar o quanto essa dimensão é ainda válida na atualidade, além de ser de suma importância para o entendimento do quadro atual de exploração e alienação.

Não iremos, nesse item, debater especificamente a perda ou não da centralidade o trabalho. Pretendemos trazer elementos para contribuir com o entendimento de que as transformações atuais da sociedade têm que ser analisadas contextualizando e entendo o modo de produção atual dentro de uma linha evolutiva.

A situação de barbárie e miséria visível no dia-dia é reflexo de uma maneira de organização produtiva que está estruturada pela perspectiva do capital. As transformações analisadas parece estarem “descoladas” de uma linha evolutiva do processo de produção do capital e isso dificulta o entendimento do quadro dramático da realidade e torna confusa a compreensão do “progresso” da humanidade.

Parece não haver mais alternativa, devemos admitir que “tudo se transformou” e que a questão central não passa mais pelo trabalho e, portanto, não sabemos como fazer resistência a essa realidade hostil ao homem.

Porém, esta constatação se encaixa perfeitamente no atual quadro de desenvolvimento do capital, no qual as margens de ação estão cada vez mais estreitas devido à estrutura totalizante da reprodução do capital, que prioriza uma produção voltada para o acúmulo de riqueza.

Diante dessa estrutura

“Os defeitos estruturais e os *antagonismos* explosivos do mundo em que vivemos são negados, ou cegamente desconsiderados, com grandes justificações explicativas pelos que esperam que acreditemos que ‘no mundo real’ não há alternativa alguma (...) Em nome do bom senso e da ‘política real’ somos convidados a nos resignar com o atual estado das coisas, não importa quão destrutivos sejam seus antagonismos, pois dentro dos parâmetros da ordem estabelecida – eternizada como a estrutura racional do essencialmente inalterável ‘mundo real’, com a ‘natureza humana’ e sua correspondente instrumentalidade reprodutiva ideal: o ‘mecanismo de mercado’ etc. – não é possível enxergar-se solução alguma para as contradições presentes.” (MÉSZÁROS, 2002, p. 38)

O mundo real mostra-se cada vez mais hostil ao homem, ideólogos e apologistas do sistema concentram seus esforços em afirmar e argumentar a falta de alternativa. A tentativa

de domínio das forças produtivas passa a ser necessária não somente para algumas pessoas se apropriarem da riqueza e sim para que elas consigam sobreviver nessa realidade.

É necessário esclarecer que essa realidade não é própria da natureza humana, assim como ela também não é eterna e imutável. Para isso, a crítica da sociedade atual deve estar intrinsecamente ligada à uma minuciosa análise do capital, e deve considerar que o caminho para a superação desta sociedade encontra-se no trabalho.

Para István Mészáros o modo de produção atual é uma exceção e não regra de como o homem se relaciona com a natureza e entre si. O autor denomina essa exceção como *sistema sociometabólico do capital*, que é orientado para a expansão e movido pela acumulação de riqueza, ou seja, completamente diferente de um sistema produtivo voltado para o atendimento das necessidades humanas. Esse sistema mostra-se fechado a qualquer tipo de reforma social e revela-se cada vez mais destrutivo, porém seu mecanismo de funcionamento não é racionalmente controlável. Segundo o autor,

“a razão principal por que este sistema forçosamente escapa a um significativo grau de controle humano é precisamente o fato de ter, ele próprio, surgido no curso da história como uma poderosa – na verdade, até o presente, de longe *a mais* poderosa – estrutura ‘totalizadora’ de controle à qual tudo o mais, inclusive seres humanos, deve se ajustar, e assim provar sua ‘viabilidade produtiva’, ou perecer, caso não consiga se adaptar. Não se pode imaginar um sistema de controle mais inexoravelmente absorvente – e, neste importante sentido ‘totalitário’ – do que o sistema do capital globalmente dominante, que sujeita cegamente aos mesmos imperativos a questão da saúde e a do comércio, a educação e a agricultura, a arte e a indústria manufatureira, que implacavelmente sobrepõe a tudo seus próprios critérios de viabilidade, desde as menores unidades de seu ‘microcosmo’ até as mais gigantescas empresas transnacionais, desde as mais íntimas relações pessoais aos mais complexos processos de tomadas de decisão dos vastos monopólios industriais, sempre a favor dos fortes contra os fracos.” (MÉSZÁROS, 2002, p. 96)

3. O TRABALHO NA SOCIEDADE DO CAPITAL

O trabalho dentro dessa estrutura totalizadora do capital apresenta-se sem seu caráter mediador entre o homem e a natureza e sem seu sentido transformador do homem e do meio em que este vive. A divisão social do trabalho deixa de ser funcional e é substituída pela “divisão hierárquica do trabalho”, sendo que esta última divisão é necessária para a própria reprodução do capital e foi superposta à divisão social do trabalho. Segundo Mészáros

“Esta imposição da divisão social hierárquica do trabalho como força cimentadora mais problemática – em última análise, realmente explosiva – da

sociedade é uma necessidade inevitável. Ela vem da condição insuperável, sob o domínio do capital, de que a sociedade deva se *estruturar de maneira antagônica* e específica, já que as funções de *produção* e de *controle* do processo de trabalho devem estar radicalmente separadas uma da outra e atribuídas a diferentes classes de indivíduos. Colocando de forma simples, o sistema do capital – cuja *raison d'être* é a extração máxima do trabalho excedente dos produtores de qualquer forma compatível com seus limites estruturais – possivelmente seria incapaz de preencher suas funções sociometabólicas de qualquer outra maneira. Por outro lado, nem mesmo a ordem feudal instituiu esse tipo de separação radical entre o controle e a produção material. Apesar da completa sujeição política do servo, que o priva da liberdade pessoal de escolher a terra em que trabalha, no mínimo ele continua dono de seus instrumentos de trabalho e mantém um controle não formal, mas substantivo, sobre boa parte do processo de produção em si.”(MÉSZÁROS, 2002, p. 99)

Essa metamorfose do trabalho, assim como ocorre com a propriedade, esta relacionada com a razão de ser do sistema do capital que é o acúmulo de riqueza e que esse acúmulo só é possível extraindo e acumulando trabalho excedente⁷. Nesse sentido a teoria valor trabalho do autor Karl Marx é extremamente atual.

A atualização dessa teoria passa pelo entendimento da mais-valia relativa e consequentemente dos grandes avanços tecnológicos, mas não caminhando para uma substituição da teoria valor-trabalho pelo “valor-ciência”. A ciência aparece nessa sociedade como propriedade privada e, por isso, ela tem a função de reduzir cada vez mais o tempo de trabalho realizado pelo homem não para liberá-lo do trabalho e, sim, para conseguir extrair cada vez mais mais-valia, continuando o processo de acumulação de riqueza.

O capital só pode existir através do trabalho vivo porque é esse último que cria valor. Assim, jamais o capital conseguiria eliminar o trabalho vivo do processo de criação de valores. Ele consegue através da ciência (progresso tecnológico) aumentar a utilização e a produtividade do trabalho de modo que se intensifiquem as formas de extração de mais-valia em tempo cada vez mais reduzido, ocorre uma diminuição do tempo de trabalho necessário para aumentá-lo na forma de trabalho excedente. Nessa sociedade do capital, a ciência consegue tornar o trabalho excedente em trabalho necessário.

A massa de excluídos que surge de todas as mudanças na esfera produtiva atual e que está fora do “trabalho vivo”, acaba em setores de serviços, em atividades de formação, em

⁷ Quando esse Marx esclarece a diferença entre trabalho concreto e trabalho abstrato chegando à diferença entre valor do trabalho e valor da força de trabalho, o autor explicita a mais-valia mostrando que essa só existe devido o trabalho excedente.

empregos precários ou muitas vezes sem emprego. E apesar dessas esferas não fazerem parte diretamente da produção e acumulação de mais-valia e elas são dependentes e ao mesmo tempo essenciais para a acumulação do capital, inclusive, porque permitem a realização da mais-valia.

As transformações na sociedade atual passam por essas análises, as quais consideram o funcionamento do sistema produtor dentro de uma linha de desenvolvimento desse sistema, ou seja, resgatando o tempo todo o motivo e como surgem essas transformações. Só assim, é possível compreender além da miséria física do homem já que:

“Nessa transformação, o que aparece como pilar fundamental da produção e da riqueza não é nem trabalho imediato executado pelo homem nem o tempo que este trabalha, senão a apropriação de sua força produtiva geral, sua compreensão da natureza e seu domínio da mesma graças á sua existência como corpo social; em uma palavra, o desenvolvimento do indivíduo social”.
(ANTUNES, 2000)

Cabe colocar que o trabalho, apesar de ser bastante diferenciado, tem na sociedade capitalista uma única finalidade principal e unitária uma vez que ele é assim determinado. O trabalho na sociedade do capital só é visto como produtor de mais valia, ou seja, trabalho excedente. E esta sociedade tem na sua razão de ser a extração do mais alto grau de trabalho excedente, é esse seu modo real de funcionamento. Porém, isso só é possível através de um trabalho alienado que afasta a compreensão do trabalho como dominação das forças da natureza, como satisfação das necessidades vitais básicas e exteriorização da capacidade inventiva e criadora. Assim, ele não concebe o trabalho como uma atividade iminentemente humana e, portanto, intrinsecamente ligada à existência do homem.

O trabalho alienado é estranho ao homem e por isso o empobrece mentalmente e fisicamente. Nesse contexto é difícil considerar e entender as cadeias de mediações e relações causais originadas quando o homem se autocria através do trabalho e conseqüentemente torna-se difícil entender o desenvolvimento social como totalidade.

Por isso a necessidade de dedicar-se em entender a maneira como a realidade atual se dá, ou seja, como as categorias sociais se articulam nessa esfera alienante. Isso só é possível junto a um método de análise que se esforce em captar a dimensão do trabalho dentro da sociedade do capital. É preciso ver além dessa estrutura *totalizadora* e o estudo das origens da teoria valor-trabalho à luz da concepção da totalidade é uma ferramenta teórica para isso.

4. BIBLIOGRAFIA UTILIZADA

- ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao Trabalho*. São Paulo: Cortez, 2000.
- ANTUNES, Ricardo. *O sentido do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2003. Capítulo 1, 2, 7 e 8.
- BOBBIO, Norberto. Locke e o direito natural. *Brasília: UNB, 1997. Capítulo 24, 25 e 26.*
- COUTINHO, Maurício Chafin. *Marx e a economia política clássica: trabalho e propriedade*. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de economia, 1999. Texto para discussão n° 31, UNICAMP/IE.
- DOBB, Maurice. *A evolução do capitalismo*. 4.ed. . Rio de Janeiro: Zahar, 1974.
- ENGELS, Friedrich. “A humanização do macaco pelo trabalho”. In: ENGELS, Friedrich. *A dialética da natureza*. 2.ed. . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- _____. “Introdução ao Trabalho Assalariado e capital”. In: MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Textos*. São Paulo, Edições Sociais, 1977. Vol. III.
- FREDERICO, Celso. *Lukács: um clássico do século XX*. São Paulo: Moderna, 1997.
- HEGEL. *Enciclopédia das Ciências Filosóficas em Compêndio: A ciência da Lógica*. São Paulo: Loyola, 1995. I Parte, p. 63-157. Vol. 1.
- HOBBSAWN, E. J. *A Era dos Extremos*. 2. ed. . São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- _____. *A Era das Revoluções*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- HUPTDT, George. *Marx e o marxismo*. In: HOBBSAWN, Eric J. *História do marxismo*. 2. ed. . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. p. 347-71. Vol.1.
- KOJEVE, Alexandre. *Introdução à leitura de Hegel*. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2002. p. 11-35.
- KUNTZ, Rolf. *Quesnay*. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1984.
- IANNI, Octávio. *Marx*. Coleção Grandes Cientistas Sociais, n° 10. São Paulo: Ática, 1982.
- JACKSON, J. H. *Marx, Proudhon e o Socialismo Europeu*. Rio de Janeiro: [S. n.], 1963.
- LENIN, Vladimir Ilich. *As três fontes e as três partes constitutivas do marxismo*. 2. ed. . São Paulo: Parma, 1979. (Coleção Bases)
- LOCKE, John. *Segundo tratado sobre o governo civil*. Petrópolis: Vozes, 1994. Capítulo 5.
- LUKÁCS, Georg. “As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem”. In: *Temas*. [S. l.], n° 4, 1978. p. 1-25.

- _____. “Autocrítica do Marxismo”. In: *Temas*. [S. l.], nº 4, 1978.
- _____. “Meu caminho até Marx”. In: *Ensaio*. [S. l.], nº11/12. Ano V. p. 91-107. (Edição Especial: Marx Hoje)
- _____. “O fenômeno da reificação”. In: LUKÁCS, Georg. *História e consciência de classe*. 2. ed. . Rio de Janeiro: Elfos, 1989.
- _____. “O que é marxismo ortodoxo”. In: LUKÁCS, Georg. *História e consciência de classe*. 2. ed. . Rio de Janeiro: Elfos, 1989.
- _____. *Ontologia do ser social: A falsa e a verdadeira ontologia de Hegel*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979. I Parte, p. 9- 64.
- MARX, Karl. *A Ideologia Alemã (I Feuerbach)*. 8. ed. . São Paulo: Hucitec, 1991.
- _____. *A miséria da filosofia*. 2. ed. . São Paulo: Global, 1989. (Coleção Bases, 46)
- _____. *Capítulo Inédito*. São Paulo: Moraes, 1969.
- _____. “Contribuição à crítica da filosofia do direito de Hegel”. In: MARX, Karl. *Escritos de Juventude*. Lisboa: Edição 70, 1975.
- _____. *Manifesto do Partido Comunista*. In: MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Obras Escolhidas*. São Paulo: Alfa-Omega, 1953. Vol.1.
- _____. *Manuscritos econômicos filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- _____. *Manuscritos econômicos e filosóficos e outros textos escolhidos*. 3. ed. . São Paulo: Abril Cultural, 1985. (Coleção Os Pensadores)
- _____. *O Capital*. São Paulo: Abril Cultural, 1983, Vol. 1. (Coleção Os Economistas)
- _____. *Rendimento e suas fontes: a economia vulgar*. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Coleção Os Economistas)
- MARX, Karl. e ENGELS, Friedrich. *A sagrada família*. 4. ed. . São Paulo: Centauro, 2001. Capítulo 1, 2, 3 e 4.
- MÉSZÁROS, Istvan. “A necessidade do controle social”. In: *Ensaio*, 1996.
- _____. “Marx ‘filósofo’”. In: HOBBSAWN, E. J. *História do marxismo*. 2. ed. . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. p. 157-95, Vol. 1.
- _____. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo, 2002.
- NAPOLEONI, Cláudio. *Fisiocracia, Smith, Ricardo e Marx*. Barcelona: Oikos-Tau, 1974.

NETTO, José Paulo. (Org.) *Lukács*. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1981.

_____. Introdução, 1980. In: MARX, Karl. *A miséria da filosofia*. 2. ed. . São Paulo: Global, 1989. (Coleção Bases, 46)

OLDRINI, Guido. “Gramsci e Lukács, adversários do marxismo da Segunda Internacional”. In: *Crítica Marxista*. n° 4, 1997.

PETTY, William. *Tratado dos impostos e contribuições*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Coleção Os Economistas)

_____. *Verbum Sapient*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Coleção Os Economistas)

_____. *Aritmética Política*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Coleção Os Economistas)

PROUDHON, Joseph Pierre. *Sistema das Contradições Econômicas ou Filosofia da Miséria*. São Paulo: Ícone, 2003. (Coleção Fundamentos da filosofia)

_____. *O que é propriedade?* São Paulo: Martins Fontes, 1988.

QUESNAY, François. *Quadro econômico dos fisiocratas*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Coleção Os Economistas)

RICARDO, David. *Princípios de economia e tributação*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. Capítulo 1 e 20.

SMITH, Adam. *Riqueza das Nações*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. Vol. 1. (Coleção Os Economistas)

SCHUMPETER, J. A. *História da análise econômica*. São Paulo: Fundo de Cultura, 1964.

TEIXEIRA, Aloisio. *Da filosofia clássica alemã à crítica da economia política: notas sobre o percurso teórico de Marx*. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia Industrial, 1984. Texto para discussão, n° 41 UFRJ/IEI.

TEIXEIRA, Francisco José Soares. “O neoliberalismo em debate”. In: _____. e OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. (orgs) *Neoliberalismo e Reestruturação Produtiva: as novas determinações do mundo do trabalho*. 2. ed. . São Paulo: Cortez, 1998.

TOLIPAN, R. *Brevíssimas considerações sobre o método de Marx*. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia Industrial, 1983. Texto para discussão n° 32 UFRJ/ IIEI.